



1 **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMS – CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – IBITÉ –**
2 **22/05/2012**

3 Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, às dezenove horas, no
4 Auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Ibité, situada à Rua Arthur Campos-906 –
5 Bairro Alvorada – Ibité/MG, iniciou-se a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de
6 Saúde de Ibité. Compondo a Mesa Diretora, o Presidente, Sr. Geraldo Ferreira Lemes, e o
7 Vice-Presidente, Sr. José Catulino Versiani Neto. Conferido o quórum e justificada a ausência
8 da Conselheira Arlene, o Presidente, Sr. Geraldo Ferreira Lemes, faz a Abertura, esclarecendo
9 que esta Reunião tem Pauta Única, que é o Relatório Anual de Gestão (RAG), mas abrirá, após
10 a apresentação do RAG, para uma representante do Bairro Marilândia, que busca apoio do
11 CMS, para compor o Conselho Local de Saúde do referido Bairro; pede desculpas pelo atraso
12 que ocorreu em função da Reunião da Câmara Técnica de Controle e Avaliação, que esteve
13 reunida desde as quinze horas, avaliando o RAG e, neste momento, convida a todos para a
14 oração do Pai-Nosso. Para apresentação do Ponto de Pauta, o Presidente Geraldo Ferreira
15 convida a Técnica e Conselheira Jussara Versiani, que inicia sua fala esclarecendo sobre os
16 instrumentos de gestão; esclarece que o RAG que será apresentado, hoje, é referente ao ano
17 de 2011; não será apresentado o documento impresso, embora já tenha uma cópia com o
18 Presidente Geraldo; faz esclarecimentos sobre a criação do SARGSUS, em acórdão do Tribunal
19 de Contas da União (TCU). Em 2011, foi feito cadastro, no SARGSUS, do município e do CMS,
20 mas, este ano, é que foi efetivamente usado. Apresenta o Sistema, onde se faz necessário,
21 para acessar, que o CMS e a SMS tenham login e senha; mostra a fundamentação legal do
22 RAG, como a Lei 141 de 10/01/2012, Portaria 575 de 29/03/2012 e lei Complementar 101 de
23 04/05/2000; mostra o perfil de internação hospitalar, com a gravidez, parto e puerpério
24 responsáveis por 30% das internações; apresenta a Rede Física de Saúde Pública e Privada do
25 Município, o quadro de diretrizes e metas da Programação Anual de Saúde, com os registros
26 de cumprimento ou não das metas e justificativas; mostra os indicadores do Pacto pela Vida,
27 demonstrativo da utilização de recursos, análise e considerações gerais. O Presidente Geraldo
28 Ferreira lê artigos do Regimento Interno, referentes à emissão de pareceres, conforme
29 sugestão da Dra. Helena, advogada da SMSIbité e lê os Pareceres da aprovação do RAG e da
30 prestação de contas. A Conselheira Marilda Vicência acha que o RAG tem que ser aprovado,
31 pois traz o que já foi executado em 2011; que cabe ao CMS discutir alguns pontos, alguns
32 dados e, principalmente, a Atenção Básica, fortalecendo para diminuir as internações e a
33 mortalidade. A Conselheira Jussara Versiani considera importante a maior participação do CMS
34 na elaboração dos instrumentos de gestão. A Conselheira Marilda Vicência afirma que o RAG
35 serve para avaliação do Sistema, para reflexão sobre a saúde. A Conselheira Lêda Magalhães
36 relata que, ao longo dos anos, os indicadores da saúde vêm melhorando muito. A Conselheira
37 Jussara Versiani diz que, com a proposta do SARGSUS, perdeu-se muito da análise
38 epidemiológica. O Presidente Geraldo Ferreira sugere que a parte contábil faça uma
39 discriminação do Fundo Municipal de Saúde, para facilitar a avaliação pelas Câmaras Técnicas;
40 acha que as Câmaras Técnicas de Controle e Avaliação e a Câmara Técnica de Financiamento
41 devem trabalhar mais juntas; que é necessário reavaliar e seguir o Regimento Interno. O



42 Conselheiro Abdias Batista fala que o RAG é bem fundamentado, mas, pelo volume de recursos
43 aplicados, a qualidade dos serviços deixa muito a desejar: Unidade Básica de Saúde (UBS) sem
44 profissional, sem estrutura. Relata que, ontem, procurou a UBS, só tinha um enfermeiro; foi
45 para o Pronto Atendimento, chegou às 9:30 h e saiu às 21:30 horas; considera que deixa muito
46 a desejar. A Conselheira Lêda Magalhães diz que discorda um pouco do Conselheiro Abdias;
47 queria mostrar o recurso que entra por programa, que está muito aquém do necessário; que
48 vem o equivalente a R\$1,75 per capta/ano; providenciará documento para publicizar isto. O
49 Presidente Geraldo Ferreira considera que isto é o usuário se conscientizando do seu papel e o
50 gestor se prontificando a esclarecer. A Conselheira Marina de Fátima pergunta porque, na
51 apresentação, algumas coisas não foram realizadas por que vai inaugurar o hospital. A
52 Conselheira Jussara Versiani fala que cada técnico elabora sua programação e é necessário
53 definir as prioridades; que algumas propostas ficaram para depois, em função da priorização
54 do Hospital; a Capacitação dos Conselheiros foi colocada como prioridade. A Conselheira
55 Marina de Fátima pergunta se, por lei, o hospital tem que ser inaugurado. A Conselheira Lêda
56 Magalhães esclarece que esta é uma decisão de gestão, em função de vários fatores. A
57 Conselheira Geralda acha que o Prefeito aceita milhões de emendas que ficam só no papel;
58 que inventam muitas coisas e o que tem necessidade não fazem. A Conselheira Lêda
59 Magalhães reafirma que concorda com o Senhor Abdias, em muitas coisas, mas não, quanto à
60 aplicação de recursos. O Vice-Presidente José Catulino diz que este país investe menos em
61 saúde do que muitos outros países. Dr. Augusto, médico da Rede Municipal, fala que, quando
62 Jussara fala, parece muito dinheiro, mas há dinheiro específico para cada programa. A
63 Conselheira Geralda exemplifica que, na UBS Novo Horizonte, tem três médicos, se falta um
64 deles, o que está lá não pode atender um usuário da outra equipe. O Presidente Geraldo
65 Ferreira acha que esta é questão que é da Coordenação da Atenção Básica, que não quis ainda
66 discutir com o CMS; que o CMS tem que mostrar que está afinado; externa a sua insatisfação
67 no que diz respeito às relações do CMS com a Coordenação da Atenção Básica; considera que
68 tudo depende da Atenção Básica; que tem várias reclamações. Em função disto, vai provocar
69 uma reunião e formar uma comissão para participar. O Vice-Presidente José Catulino coloca o
70 RAG em votação e é aprovado com uma abstenção. A Conselheira Jussara Versiani considera
71 relevante a discussão, que surgiu após a fala do Sr. Abdias e da Lêda; afirma que é difícil fazer o
72 RAG, que é difícil gerir, mas é preciso que o usuário participe, é importante cada um se
73 colocar; que a versão do gestor é uma, do usuário é outra; que assim como o usuário é porta
74 voz da comunidade, os representantes da SMS são porta-vozes dos colegas que não estão
75 aqui; fala da importância de usar-se o formulário de denúncia para registrar as demandas. O
76 Vice-Presidente José Catulino informa que, no site do CMS, tem documentação anexada e um
77 link para contato, onde podem ser registradas as reclamações; fala que a Mesa Diretora tem
78 suas limitações, como todos temos as nossas; isto aqui é uma soma de esforços, para o bem da
79 população, pela melhoria do Sistema de Saúde; este CMS é o mais atuante dentro do
80 município; acredita que estamos aqui fazendo política de saúde; afirma que sempre vai
81 defender o direito de todos falarem; que este país está em débito com a saúde; considera
82 necessário chamar a Atenção Básica para discussão, necessário brigar por mais recursos para a



83 saúde, que a discussão tem que ser ampla. O Conselheiro Abdias Batista acha que a Atenção
84 Básica está suprimida quanto a todo o restante do Sistema; que quem dirige tem que está
85 junto de todo o Sistema; o usuário tem que ter consciência do que está acontecendo. O
86 Presidente Geraldo Ferreira passa a palavra para a Senhora Luiza, do Bairro Marilândia, que diz
87 querer organizar o Conselho Local do Marilândia; que não adianta criticar o gestor e não
88 participar. O Conselheiro Abdias Batista sugere que a Sra. Luiza convide o Sr. Wilson e o Sr.
89 Vicente, da Rua Paineiras. O Presidente Geraldo Ferreira Lemes agradece a todos,
90 especialmente, ao Dr. Augusto, à Câmara Técnica de Controle e Avaliação e à Câmara Técnica
91 de Financiamento; sugere que a Sra. Luiza marque a reunião e avise à Regina, Secretária
92 Executiva deste CMS. O Presidente Geraldo Ferreira lê, ainda, agradecimento da Conselheira
93 Marina de Fátima quanto ao atendimento à paciente, da qual relatou o caso aqui neste CMS,
94 na Reunião anterior. Alcançados os objetivos desta Reunião, às 21:20 horas, foi dada por
95 encerrada. Eu, Maysa Aparecida Antunes da Silva, Conselheira Municipal de Saúde, redigi, por
96 solicitação da Mesa Diretora, esta Ata, que, após lida e aprovada, deverá ser assinada pelos
97 presentes.